



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

01. OBJETO: Credenciamento de interessados em prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos: impostos, taxas, dívida ativa, contribuições de melhorias e demais receitas municipais através de **DAM**, com código de barras em padrão **FEBRABAN**, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético de valores arrecadados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

1.1. Os serviços a serem fornecidos pelas instituições financeiras e os preços máximos a serem praticados são:

- a) R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) Guia/Boleto recebido via internet;
- b) R\$ 1,90 (um real e noventa centavos) Guia/Boleto recebido no caixa eletrônico ou similar;
- c) R\$ 1,08 (um real e oito centavos) Guia/Boleto recebido via débito automático;
- d) R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos) Guia/Boleto recebido na rede bancária ou similar, assim compreendidos os correspondentes bancários, gerenciador financeiro, banco postal, etc.,

1.2. Para melhor análise quanto à demanda do município, informamos a seguir a previsão de documentos a serem emitidos:

- IPTU: 1.590 carnês (sendo 1 parcela única e 8 vias do parcelamento cada);
- Taxa de Licença: 200 carnês (parcela única);
- ISSQN: 05 carnês (12 parcelas).

1.3. A instituição financeira interessada em aderir ao credenciamento em epígrafe poderá optar pelo canal de atendimento de seu interesse, desde que não ultrapasse os valores prefixados.

1.4. Os valores informados neste Termo de Referência foram levantados mediante pesquisa de preços diretamente com instituições financeiras.

1.5. No caso de prorrogação de contrato, os preços acima serão reajustados a cada 12 (doze) meses pelo IGPM/FGV, ou outro índice que vier a substituí-lo, ou de acordo com a legislação em vigor, pela menor periodicidade que ela autorizar.

1.6. Os recursos provenientes da arrecadação oriundas dos recolhimentos das receitas do Município de Cândido Rodrigues em conta bancária a ser informada no momento da celebração do contrato.

1.7. O prazo de vigência da contratação é até 60 (sessenta) meses, contados a partir da emissão do Contrato e respectiva ciência da contratada, podendo ser prorrogada, com a devida justificativa, limitada, contudo, ao exercício financeiro, nos termos do art. 105 c/c 106, da Lei n. 14.133/2021.

02. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18, §1º, I – Lei Federal nº 14.133/21).

2.1. O credenciamento de instituições bancárias/financeiras é necessário para viabilizar/facilitar o processo de arrecadação de tarifas cobradas pelo Município de Cândido Rodrigues, reduzir a inadimplência e principalmente, melhorar o atendimento aos munícipes, que teriam dificuldades em efetuar os pagamentos se fosse preciso fazê-los diretamente na tesouraria da prefeitura municipal.

03. DA PREVISÃO I) A CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL (art. 18, §1º, II - Lei Federal nº 14-133/21)

3.1. A administração anterior não deixou Plano de Contratação Anual conhecido.

04. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, III – Lei Federal nº 14.133/21).

4.1. A contratada deverá se enquadrar nos seguintes requisitos de contratação:



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

- 4.1.1. Poderão participar deste credenciamento as Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na forma de banco Múltiplo, Comercial ou Cooperativo, e Cooperativa de Crédito, que preencherem todos os requisitos exigidos neste Edital.
- 4.1.2. O interessado assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante durante a realização do processo.
- 4.1.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do credenciamento e, conseqüentemente, ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.2. Não poderão participar do credenciamento:
- 4.2.1. Aquele que não atenda às condições do Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.2.2. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.2.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.2.5. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.2.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.2.7. O impedimento de que trata o item 4.2.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
- 4.2.8. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 4.2.9. A vedação de que trata o item 4.2.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.3. Outros requisitos de contratação poderão ser exigidos pelo edital do processo de credenciamento e seus anexos.
- 4.4. Aplica-se ao presente processo as disposições estabelecidas que tratam dos critérios de sustentabilidade e proteção ambiental.
- 4.5. Não será admitida a subcontratação.
- 04. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).**
- 4.1. As estimativas das quantidades estimadas para a contratação estão informadas no item 1, do objeto, deste Estudo Técnico Preliminar.

05. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

5.1. O levantamento do preço de mercado foi feito em conjunto com o departamento de cotação da Prefeitura Municipal, com vistas a obter preço mais dentro dos parâmetros reais do mercado e, ainda, como providencia a evitar trabalhos em duplicidade, uma vez que se assim não tivéssemos procedido, empreenderíamos levantamento que depois seria descartado pelo departamento de cotações.

5.2. Assim, foram encaminhados e-mails com solicitação de orçamento e, com base nestes, escolhemos o de menor valor como sendo a opção que melhor atende aos interesses da municipalidade.

5.3. Deixou-se de constar preço para pagamento em guichê em razão da não apresentação de orçamento para este tipo de pagamento, bem como se optou por não incluir valores para pagamento via pix em razão de o valor ofertado ser alto e existir a possibilidade do município realizar pregão para contratar este tipo de serviço.

06. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

6.1. A estimativa do valor da contratação previsto neste item é baseado no valor médio das tarifas e a quantidade de **R\$ 26.219,60 (vinte e seis mil, duzentos e dezenove reais e sessenta centavos)**, considerando uma média de 1590 carnês de IPTU com 8 guias de pagamento cada (12.980 unidades), 200 carnês de IPTU com guia única (200 unidades) e 5 carnês de ISSQN com 12 parcelas cada (60 unidades). O valor médio de pagamento considerado é de **R\$ 2,02 (dois reais e dois centavos)**.

07. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

7.1. Com a ampliação de instituições bancárias/financeiras os munícipes terão mais oportunidades e opções de liquidação das taxas, tarifas e impostos gerados pelo Município, diminuindo assim a inadimplência dos usuários

7.2. Não há qualquer previsão quanto ao ciclo de vida, tendo em vista que se trata da contratação de serviços.

08. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

8.1. Considerando que competirá ao munícipe escolher a forma de pagamento e a agência bancária credenciada, a aquisição deverá acontecer de forma parcelada.

09. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

9.1. Pretende-se com a execução da contratação decorrente deste credenciamento, possibilitar aos munícipes e pessoas jurídicas estabelecidas em Cândido Rodrigues, a possibilidade de escolher a forma de pagamento (se a vista ou parcelado) bem como escolher não só a agência bancária que utilizará para a prestação do serviço mas, ainda, o meio de pagamento que melhor se adequa às suas possibilidades/preferência de pagamento.

9.2. Possibilitando tais benefícios, espera a administração que diminua a inadimplência e, assim, melhorar a arrecadação dos impostos, taxas e tributos municipais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

10.1. A aquisição é a própria providência aditada diante das demandas. Desta forma, entendemos que, momentaneamente, não haverá necessidade de outro tipo de adequação ou providência a ser tomada.

10.2. Os indicados ao acompanhamento e fiscalização das entregas deverão adequar seus conhecimentos para a correta verificação.

11. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

11. 1. Não se verifica, nesta unidade, contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

contratação da demanda descrita neste Estudo Técnico Preliminar.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

12.1. A aquisição do objeto em questão não causa impactos ambientais.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO (art. 18, §1º, IV - Lei Federal nº 14.133/21).

13.1. Após os estudos preliminares, constatamos que as aquisições relacionadas à futura contratação são necessárias para viabilizar a arrecadação dos impostos, taxas e tributos municipais

14. RESPONSÁVEIS.

14.1. Declaro que participei ativamente de todas as deliberações acontecidas neste estudo técnico preliminar.

Candido Rodrigues 12 de março de 2025.

Juliana Aparecida Valeretto
Coordenadora do Departamento de Tributos e Cadastro Municipal